



JORGE AMARO BASTOS ALVES¹

PIB e Desenvolvimento Sustentável: Evidências da Região do Planalto Norte Catarinense

Gdp and sustainable development: evidence from the northern plateau region of Santa Catarina

ARTIGO 2

22-36

¹ Economista, Professor do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado (UNC), Canoinhas, SC. jb.alves@protonmail.com

Resumo: Este artigo analisa a relação entre o Produto Interno Bruto (PIB) per capita e o Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável (IDMS) nos municípios da Região Imediata de Mafra (AMPLANORTE), em Santa Catarina, entre 2012 e 2022. A pesquisa parte de uma abordagem qualitativa e quantitativa, ancorada em três eixos teóricos: identidade cultural e globalização; crescimento e desenvolvimento econômico; e desenvolvimento endógeno com foco nos recursos produtivos locais. A metodologia inclui revisão bibliográfica e análise estatística com base em dados secundários de fontes oficiais, como IBGE e FECAM. Utilizase a média histórica do PIB per capita (2012–2022) e do IDMS (2012–2020), buscando mitigar distorções conjunturais. Os resultados indicam uma correlação positiva e moderada entre as duas variáveis ($r = 0,39$). A regressão linear revelou que cada acréscimo de R\$ 1.000,00 no PIB per capita médio está associado, em média, a um aumento de 0,00121 ponto no IDMS. Municípios como Três Barras, Porto União e Canoinhas demonstraram desempenho acima do esperado, enquanto Papanduva, Irineópolis e Itaiópolis ficaram abaixo da tendência. Conclui-se que, embora o crescimento econômico contribua para o desenvolvimento sustentável, fatores como capacidade institucional, cultura local e articulação comunitária são determinantes para transformar renda em bem-estar. O estudo reforça a importância do desenvolvimento endógeno e propõe futuras análises multivariadas para aprofundar a compreensão das disparidades regionais.

Palavras-chave: Desenvolvimento regional. PIB per capita. IDMS. Desenvolvimento endógeno. Cultura.

Abstract: This article analyzes the relationship between per capita Gross Domestic Product (GDP) and the Sustainable Municipal Development Index (IDMS) in the municipalities of the Immediate Region of Mafra (AMPLANORTE), in the state of Santa Catarina, Brazil, between 2012 and 2022. The research follows a qualitative and quantitative approach, structured in three theoretical pillars: cultural identity and globalization; economic growth and development; and endogenous development based on local productive resources. The methodology includes literature review and statistical analysis based on secondary data from official sources such as IBGE and FECAM. Historical averages of per capita GDP (2012–2022) and IDMS (2012–2020) were used to reduce conjunctural distortions. Results indicate a moderate positive correlation between the two variables ($r = 0.39$). The linear regression showed that each R\$ 1,000.00 increase in average per capita GDP is associated, on average, with a 0.00121 point increase in the IDMS. Municipalities such as Três Barras, Porto União, and Canoinhas performed above expectations, while Papanduva, Irineópolis, and Itaiópolis were below the trend line. The study concludes that although economic growth contributes to sustainable development, institutional capacity, local culture, and community engagement are essential to converting income into well-being. The findings highlight the importance of endogenous development and suggest further multivariate analyses to explore regional disparities in depth.

Keywords: Regional development. Per capita GDP. IDMS. Endogenous development. Culture.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento local é um tema de natureza multidisciplinar, envolvendo diferentes ramos do conhecimento, como a antropologia, sociologia, geografia e economia. Por ser uma abordagem relativamente recente na literatura científica e por tratar de valores com forte componente endógeno, torna-se essencial abordar proposições como cultura e identidade no cerne das discussões.

Embora os termos *desenvolvimento local* e *desenvolvimento regional* sejam frequentemente utilizados de forma intercambiável, é importante reconhecer suas especificidades. O desenvolvimento local tende a enfocar unidades territoriais mais restritas — como comunidades, bairros ou municípios — valorizando o protagonismo dos atores locais, a mobilização de recursos endógenos e a construção coletiva de estratégias. Já o desenvolvimento regional compreende um escopo mais amplo, geralmente articulado a regiões compostas por múltiplos municípios com vínculos funcionais, sociais e econômicos, sendo muitas vezes influenciado por políticas públicas supramunicipais e dinâmicas de mercado mais amplas. Essa diferenciação é útil para compreender as escalas de análise e intervenção que orientam estratégias de planejamento territorial e formulação de políticas públicas.

Nesse contexto, o desenvolvimento econômico regional é um tema central nas ciências sociais aplicadas, especialmente em contextos marcados por desigualdades estruturais. No Brasil, o modelo de crescimento adotado tem historicamente se mostrado concentrador de renda e socialmente excludente, propagando a segregação espacial (Silva Filho; Carvalho, 2001). Nesse cenário, torna-se imperativo buscar alternativas que promovam o desenvolvimento sustentável e inclusivo, considerando as especificidades locais de cada território.

O Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável (IDMS), desenvolvido pela Federação Ca-

tarinense de Municípios (FECAM), surge como uma ferramenta relevante para avaliar o grau de desenvolvimento sustentável dos municípios catarinenses. O IDMS é composto por quatro dimensões: sociocultural, econômica, ambiental e político-institucional, cada uma subdividida em subdimensões e indicadores específicos.

Este estudo visa analisar a relação entre o Produto Interno Bruto (PIB) per capita e o IDMS nos municípios da Região Imediata de Mafra-SC, especificamente a região da Associação dos Municípios do Planalto Norte Catarinense (AMPLANORTE)¹ no ano de 2022². A hipótese central é que há uma correlação positiva entre o desempenho econômico dos municípios, medido pelo PIB per capita, e seu nível de desenvolvimento sustentável, representado pelo IDMS.

A atenção dedicada à condição do local tem evoluído — ainda que desigualmente — em paralelo à ampliação do conceito de cultura. Atualmente, essa temática ocupa posição de destaque em debates acadêmicos, sobretudo quando relacionada ao desenvolvimento local.

Nesse sentido, Dowbor (2008) observa que houve um deslocamento da visão tradicional do território, que deixou de ser considerado somente um receptor passivo de ações e políticas externas, sendo entendido como espaço dinâmico, movido por forças endógenas. Essas forças valorizam e impulsionam formas espontâneas já existentes de organização social, orientadas para o aproveitamento dos recursos humanos e naturais locais.

¹ Congrega dez municípios catarinenses: Bela Vista do Toldo, Canoinhas, Irineópolis, Itaiópolis, Mafra, Major Vieira, Monte Castelo, Papanduva, Porto União e Três Barras. Sua atuação visa promover o desenvolvimento regional por meio da cooperação entre os entes municipais nas áreas de planejamento, capacitação, consórcios intermunicipais e políticas públicas integradas.

² A análise baseou-se em médias municipais do PIB per capita deflacionado (ano base 2022 do período 2012 a 2022) e do IDMS (período 2012 a 2020).

Por representar uma inflexão na lógica tradicional do desenvolvimento econômico e social, o desenvolvimento local transformou-se, nas últimas décadas, em um movimento global, especialmente em países de baixa renda. Como destaca Valenzuela: “[...] se transformou em um verdadeiro movimento mundial nos países de baixa renda. Este termo aparece cada vez com maior frequência em artigos e exposições sobre a democracia e a redução da pobreza” (Breslin; Durban, 2005, p. 6).

Convergentemente, Molano (2006) argumenta que a compreensão de cultura está cada vez mais entrelaçada com os processos de desenvolvimento. Inicialmente vinculada à organização político-administrativa, a noção de cultura passou a abranger também aspectos subjetivos do ser humano e, posteriormente, a identidade de povos, nações e territórios. Assim, o conceito enriqueceu-se, ultrapassando os limites da antropologia e adquirindo valor transversal no campo do desenvolvimento.

Apesar disso, a atividade cultural ainda é frequentemente considerada, pela economia tradicional, como um campo secundário, alheio ao crescimento. Como alerta Kliksberg (1999), a cultura tem sido vista como consumidora de recursos, sem contrapartida econômica proporcional. Por sua vez, o campo cultural, muitas vezes, também não busca inserção ativa nos programas econômicos e sociais, representando uma perda significativa para a sociedade, pois a mobilização cultural pode ser instrumento estratégico para o desenvolvimento local.

Autores como Sen (1999) reforçam que o desenvolvimento deve ser compreendido como um processo de expansão das liberdades e capacidades humanas, indo além da lógica exclusivamente econômica. Nesse mesmo sentido, Boisier (2004) argumenta que o desenvolvimento territorial está diretamente relacionado à capacidade dos atores locais de ativar seus próprios recursos, especialmente os de natureza cultural e institucional. Já Morin (2000) contribui com a ideia de que o desenvolvimento exige uma abordagem complexa, que

reconheça as interações entre dimensões econômicas, culturais e ambientais.

Diante dessa lacuna, este artigo propõe refletir sobre a inter-relação entre cultura — compreendida em sua amplitude — e desenvolvimento local, considerando elementos econômicos, históricos e identitários no contexto de um território específico.

Os 10 municípios que compõem o espaço geográfico analisado no Planalto Norte Catarinense, abrange parte do cenário histórico da Guerra do Contestado — um dos mais emblemáticos movimentos sociais do Brasil —, e carrega marcas culturais profundas que influenciam diretamente sua trajetória de desenvolvimento.

O artigo estrutura-se, inicialmente, pela discussão sobre identidade cultural em sociedades globalizadas, seguida da apresentação da teoria do desenvolvimento local e sua relação com a cultura. Em seguida, aplica-se essa abordagem à realidade da região da AMPLANORTE, por meio da análise de indicadores socioeconômicos e de desenvolvimento humano.

As informações utilizadas derivam de bases oficiais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Federação Catarinense de Municípios (FECAM), que forneceram dados secundários para este estudo.

Destaca-se que a abordagem adotada considera o legado histórico-cultural do território onde ocorreu a Guerra do Contestado. A análise inclui, também, os desafios e perspectivas do modelo atual de desenvolvimento, inserido em uma sociedade globalizada. Essa contextualização permite uma reflexão mais ampla sobre o papel do território local, que, como afirmam Zapata, Amorin e Arns (2007, p. 25), “[...] ressurge impulsionado pela globalização, apontando para um novo papel a ser por eles desempenhado, a partir de suas potencialidades e identidades.”

Com isso, busca-se compreender como a dimensão cultural integra a conjuntura local, considerando que os indivíduos, enquanto sujeitos inseridos em uma sociedade em rede, podem

— direta ou indiretamente — contribuir com sua criatividade e identidade cultural para fomentar o crescimento econômico local. Este artigo, portanto, propõe-se a examinar os fundamentos conceituais desse processo cognitivo e transformador.

IDENTIDADE CULTURAL E GLOBALIZAÇÃO

Não se pretende discutir exaustivamente a acepção de identidade e cultura, considerando que, além do aspecto semântico, existem diversas definições, conforme o enfoque atribuído por cada autor.

A formação de identidades, segundo Lima, Brand e Marinho (2008, p. 371), compõe a cultura de um determinado grupo, pois “[...] baseia-se em elementos discursivos fornecidos pela história, geografia, biologia, memória coletiva, por instituições, relações de poder, interesses, relatos e mitos, entre outros aspectos [...]”.

Semelhantemente, Bákula (2000, p. 169 *apud* Molano, 2006, p. 6, tradução nossa), ressalta que a manifestação da identidade “[...] implica, portanto, que as pessoas ou grupos de pessoas se reconhecem historicamente em seu próprio entorno físico e social, e é esse constante reconhecimento que confere caráter ativo à identidade cultural [...]”.

O discernimento de identidade cultural, afirma Miranda (2000, p. 85), “[...] vem se transformando ao longo do processo civilizatório”. Para Nardi (2002, p. 2), “o conceito de cultura carece de definição nítida devido às numerosas acepções, utilizações do termo e perspectivas de análise”.

A cultura, consoante Giddens (1998, p. 43, tradução nossa), “[...] com as formas de vida dos membros de uma sociedade ou de seus grupos”. Ainda que se possa estabelecer uma distinção conceitu-

al entre cultura e sociedade, Giddens argumenta haver uma relação intrínseca entre ambas, pois uma sociedade é um sistema de inter-relações que conecta os indivíduos. Assim, não poderia haver cultura sem sociedade — e vice-versa.

Dessa forma, a essência do desenvolvimento de uma sociedade em determinado território emana do conjunto de identidades que moldam a cultura de seu povo. Como expressa Thomé (2004), trata-se do modo de vida de uma sociedade. Verles (1994 *apud* Molano, 2006, p. 6, tradução nossa) corrobora essa visão ao afirmar:

A cultura é algo vivo, composta tanto por elementos herdados do passado quanto por influências exteriores adotadas e novidades inventadas localmente. A cultura tem funções sociais. Uma delas é proporcionar uma estima de si mesmo, condição indispensável para qualquer desenvolvimento, seja ele pessoal ou coletivo.

A cultura é, portanto, segundo Thomé (2004), o símbolo das criações humanas, manifestadas tanto de forma tangível quanto simbólica — nos usos, costumes, ideias e ideais — sendo a soma do conhecimento humano. É um sistema de atitudes, valores, modos de pensar, sentir e agir, apresentando uma natureza simultaneamente material e espiritual.

Diante dessas proposições, comprehende-se que a transmissão de relatos, hábitos, crenças e costumes molda as características socioculturais de uma região, impactando diretamente na estrutura social e no processo de desenvolvimento local.

Importa destacar que a capacidade cognitiva e criativa do ser humano, ao estimular a produção contínua de conhecimento, provocou mudanças profundas na forma de se conceber a identidade. Nesse contexto, autores como Hall *et al.* (1988 *apud* Giddens, 1998, p. 665-666, tradução nossa) observam que:

A produção em massa, o consumo em grande escala, a grande cidade, o Estado onipotente, a desconcentração da propriedade imobiliária e o Estado-nação estão em declínio; a flexibilidade, a diversidade, a diferenciação, a mobilidade, a comunicação, a descentralização e a internacionalização estão em ascensão. Nesse processo, nossa própria identidade, nossa ideia do... eu, nossa própria subjetividade estão se transformando. Estamos na transição para uma nova era.

Essa perspectiva aponta para o rompimento de paradigmas fixos de identidade, destacando a transição para um modelo mais fluido e fragmentado. A crise das estruturas modernas reforça a necessidade de compreender a identidade como uma construção dinâmica e situada historicamente, atravessada por fluxos culturais e econômicos globais, mas vivida localmente.

Hall (2000, p. 13) afirma também que, “a identidade não é já um dado fixo e imutável, mas algo que é continuamente produzido e reproduzido nas práticas de representação”. Sua concepção dialoga com a fluidez da cultura na pós-modernidade, apontando que os sujeitos assumem identidades múltiplas, fragmentadas e historicamente situadas. Essa visão reforça a ideia de que a identidade cultural não é essencialista, mas relacional, moldada pelas transformações locais e globais que atravessam os territórios.

No mundo contemporâneo, as informações circulam em rede por meio das tecnologias digitais, fator dinâmico que influencia a constituição de identidades locais. Nesse sentido, Miranda (2000, p. 82) aponta: “O sujeito pós-moderno, não tem uma identidade fixa, essencial ou permanente, por estar sujeito a formações e transformações contínuas em relação às formas em que os sistemas culturais o condicionam”.

Reforçando essa perspectiva, Bákula (2000, p. 169 *apud* Molano, 2006, p. 6, tradução nossa) acrescenta: “O patrimônio e a identidade cultural não são elementos estáticos, mas entidades sujeitas a mudanças permanentes, condicionadas por fatores externos e pela contínua retroalimentação entre ambos”.

ASPECTOS DO CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O desenvolvimento de uma região foi, durante muito tempo, compreendido como um processo advindo de esferas superiores, seja por meio de investimentos públicos, seja pela instalação de empresas privadas ao nível local. Tal visão verticalizada e exógena conferiu ao território o papel de mero receptor de políticas e capitais, sem protagonismo nas decisões estratégicas.

O modelo de desenvolvimento adotado no Brasil revelou-se, em grande medida, concentrador de renda, socialmente excludente e promotor de desigualdades territoriais. Embora as políticas de desenvolvimento e distribuição de renda tenham importância e gerem efeitos positivos na economia, tais efeitos tendem a ser conjunturais e de curto prazo. Para sustentar o crescimento econômico no longo prazo, torna-se essencial o planejamento estratégico com base nas especificidades de cada território, respeitando sua história, cultura e vocações locais.

É fundamental, portanto, distinguir crescimento de desenvolvimento. O crescimento refere-se ao aumento da produção de riquezas em determinada região, sendo uma variável quantitativa. O desenvolvimento, por sua vez, transcende os números do PIB: trata-se de um processo qualitativo, que implica melhoria da qualidade de vida, ampliação das capacidades humanas e acesso equitativo a oportunidades e serviços.

À luz dessa distinção, a ineficácia dos modelos tradicionais revela-se no fato de que o Estado nacional não conseguiu se firmar como promotor efetivo do desenvolvimento. Ainda assim, o Estado continua sendo o ente regulador das funções macroeconômicas, exigindo um novo equilíbrio entre o papel do mercado e do poder público, conforme defendido por autores como Furtado (2000), que ressalta a necessidade de desenvolvimento com autonomia e inclusão.

Nesse cenário, a ciência econômica também precisa evoluir, colocando o ser humano no centro das análises e decisões. Como destacam os relatórios de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas, o desenvolvimento deve ser compreendido como a ampliação das liberdades e das capacidades humanas, sendo a economia somente um dos meios para tal fim (Dowbor, 2001; Sen, 1999).

Além disso, a revolução informacional, os avanços nas tecnologias digitais e a intensificação das conexões em rede reconfiguraram como as sociedades se organizam, exigindo novos paradigmas para compreender o desenvolvimento no século XXI. Max-Neef (1991), por exemplo, propõe o conceito de “desenvolvimento à escala humana”, centrado na satisfação das necessidades fundamentais – materiais, emocionais, políticas e espirituais – como critério orientador das estratégias de desenvolvimento.

Dessa maneira, formulações econômicas mais recentes passaram a buscar alternativas que reconheçam o papel das forças locais, culturais e sociais. Surge, então, a expressão “crescimento endógeno”, que se refere ao desenvolvimento sustentado a partir dos recursos, competências e capacidades internas de cada território.

Por outro lado, abordagens de viés liberal destacam os riscos da excessiva intervenção estatal como entrave à eficiência econômica. Para Hayek (2010), o desenvolvimento depende de um sistema de preços livres e da descentralização das decisões econômicas, pois “o conhecimento está disperso entre os indivíduos e nenhuma autoridade central

pode agregá-lo eficazmente”. Assim, o mercado seria o mecanismo mais eficiente para coordenar ações produtivas e inovadoras.

Friedman (1984) reforça essa visão ao argumentar que a liberdade econômica é condição essencial para a liberdade política e o papel do Estado deve se restringir a garantir regras claras, estabilidade monetária, segurança jurídica e livre iniciativa. No contexto brasileiro, críticos liberais apontam que a burocracia, o “custo Brasil” e a insegurança jurídica desestimulam investimentos e travam o dinamismo produtivo, especialmente em regiões periféricas.

Essas visões não são necessariamente excluidentes, mas apontam a necessidade de se buscar um equilíbrio institucional entre Estado e mercado, considerando as especificidades de cada território.

DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO E RECURSOS PRODUTIVOS LOCAIS

Quando se fala em desenvolvimento endógeno, propõe-se articular as forças produtivas locais, bem como os campos institucional e político, para sustentar as atividades de produção e consumo que, por sua vez, geram emprego e renda no próprio território.

Nesse modelo, segundo Silva Filho e Carvalho (2001, p. 471), “[...] o crescimento é visto como um produto das forças econômicas endógenas aos sistemas de mercado descentralizados. São essas forças que comandam o processo mais do que quaisquer inovações tecnológicas exógenas sobre as quais o mercado não tenha nenhum controle.”

Além disso, pesquisas realizadas em projetos de desenvolvimento ao longo de décadas apontam que “a capacidade de auto-organização local, a riqueza do capital social, a participação cidadã e o sentimento de apropriação do processo pela comunidade são elementos vitais em sua consolidação” (Instituto Cidadania, 2006, p. 9).

Remmers (1998) enfatiza que o desenvolvimento endógeno não exclui a presença de elementos externos, mas sim estabelece uma relação dinâmica entre o interno e o externo. De um lado, os atores locais se apropriam de componentes globais (cultura, tecnologia, conhecimento etc.); de outro, o local oferece seus produtos ao mundo, gerando um fluxo de retroalimentação constante.

Esse ponto é reforçado por Valenzuela (*apud* Breslin e Durban, 2005, p. 8), ao afirmar que “embora o capital inicial e o investimento externo desempenhem um papel importante no desenvolvimento local, a maioria dos recursos e esforços deve provir de dentro da comunidade”.

Zapata (2004) argumenta que os recursos necessários ao desenvolvimento de um território baseiam-se na compreensão de que localidades dispõem de ativos econômicos, humanos, institucionais, ambientais e culturais, além de economias de escala inexploradas, que constituem seu potencial endógeno. Nessa mesma direção, Rocha Loures (2007) destaca que:

[...] é necessário fortalecer a criatividade individual e coletiva, uma vez que o poder de multiplicar a riqueza está na capacidade de os empreendedores cooperarem entre si. É na união e no associativismo dos empresários que encontraremos a força do crescimento das empresas e das comunidades. Onde a cooperação produtiva é mais forte, os resultados econômicos e sociais são mais significativos.

No tocante aos recursos financeiros, Dowbor (2008) aponta a urgência de sua reorientação, para servir efetivamente à pequena e média empresa, à agricultura familiar e às organizações da sociedade civil.

Nesse aspecto, faz-se plausível considerar que a endogeneidade financeira — ou seja, a circulação interna do capital — viabiliza a recapitalização necessária ao desenvolvimento local. Conforme o Instituto de Cidadania (2006, p. 20), “Como o gran-

de comércio trabalha articulado com os grandes bancos, praticando juros igualmente altíssimos, gera-se um verdadeiro dreno das poupanças locais para intermediários financeiros, esterilizando o potencial produtivo no território.”

Os produtos e serviços oferecidos por instituições financeiras externas, muitas vezes, não correspondem às reais necessidades da economia local. Isso porque tais instituições operam com foco em lucros e metas definidos fora do território, sem esforço para conhecer ou adaptar-se à realidade dos clientes locais. Em resumo: são eficientes na geração de lucros, mas ineficazes para dinamizar o desenvolvimento territorial.

Diante desse cenário, torna-se evidente que os objetivos realizáveis de um território estão ligados à mobilização de seus recursos internos. Valenzuela (*apud* Breslin e Durban, 2005, p. 8) reforça que o desenvolvimento local ocorre mediante “[...] um esforço essencialmente endógeno que deve ser mantido pelas poupanças locais e pela criação de riqueza”.

Nesse contexto, dois atores são fundamentais: uma gestão pública participativa e eficaz, e a população engajada nos processos decisórios. Esse modelo favorece o fortalecimento da cidadania e a formação de sujeitos ativos. Para Zapata (2004) e Zapata, Amorin e Arns (2007), esse protagonismo do cidadão — ao invés da passividade — expressa o conceito de empoderamento, que fortalece o território ao incorporar valores como autonomia, democracia, equidade, solidariedade e respeito ao meio ambiente.

Esse enfoque encontra fundamento na perspectiva cultural do desenvolvimento. Como afirma Claxton (1994), trata-se de “[...] uma dada cultura, no sentido antropológico do termo: conceitos, modos e estilos de vida, sistemas nacionais de valores, modos de organização social, etc.”, que influencia decisivamente a velocidade e a natureza dos processos de mudança.

A cultura, como processo histórico, está em constante mutação. Laraia (1986, [n.p.]), citando um manifesto de Stanford (1953), argumenta que, “[...] qualquer sistema cultural está num contínuo

processo de modificação. Assim sendo, a mudança inculcada pelo contato não representa um salto de um estado estático para um dinâmico, mas, antes, a passagem de uma espécie de mudança para outra.”

Na década de 1990, a própria UNESCO reconheceu a indivisibilidade entre cultura e desenvolvimento, afirmando que “A UNESCO defende a causa da indivisibilidade da cultura e do desenvolvimento, entendido não só em termos de crescimento econômico, mas também como meio de acessar uma existência intelectual, afetiva, moral e espiritual satisfatória” (Molano, 2006, p. 5, tradução nossa).

Os valores culturais exercem, portanto, influência determinante no desenvolvimento territorial. Kliksberg (1999, p. 100, tradução nossa), destaca que “A cultura é o âmbito básico em que uma sociedade gera valores e os transmite de geração em geração”.

Molano (2006) também assinala que a cultura possui múltiplas dimensões: ela gera um modo próprio de viver, fortalece a coesão social, possibilita a criação de riqueza e emprego, e traz equilíbrio ao espaço territorial.

Igualmente, é importante destacar o papel do espaço como mediador do novo e da tradição. Santos (1994) afirma que o movimento de transformação ocorre “no local onde o espaço acolhe o novo, mas mantém consigo o alento e a energia de sua herança material e cultural”.

Dessa forma, essa interação entre cultura e território produz potencialidades fecundas, que – como observa Kliksberg (1999) – podem contribuir para a superação da pobreza, a integração social e o fortalecimento de valores comunitários e participativos.

identidade cultural e globalização; (ii) crescimento e desenvolvimento econômico; e (iii) desenvolvimento endógeno e recursos produtivos locais.

No plano qualitativo, realiza-se uma revisão narrativa de literatura, priorizando obras clássicas e contemporâneas de desenvolvimento territorial, cultura e economia regional. Os principais autores utilizados incluem Amartya Sen, Celso Furtado, Stuart Hall, Manfred Max-Neef, dentre outros, compondo um arcabouço teórico plural, com visões estruturalistas, institucionalistas e liberais.

Quanto ao componente empírico, a pesquisa se baseia na análise de dados secundários disponibilizados por órgãos oficiais, como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Federação Catarinense de Municípios (FECAM), além de outras fontes públicas de estatísticas regionais. Foram utilizados indicadores socioeconômicos relativos aos municípios da AMPLANORTE, abrangendo temas como Produto Interno Bruto e o Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável³.

Utilizou-se um modelo de regressão linear simples para verificar a existência de relação estatística entre o PIB per capita deflacionado – considerado variável independente – e o Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável – tratado como variável dependente. A equação estimada foi:

A análise baseou-se em médias municipais do PIB per capita deflacionado (ano base 2022, do período 2012 a 2022) e do IDMS (período 2012 a 2020), visando reduzir distorções ocasionadas por variações conjunturais e capturar tendências estruturais. O modelo foi estimado por mínimos quadrados ordinários (MQO) e complementado com o cálculo do coeficiente de correlação de Pearson.

METODOLOGIA

Este artigo adota uma abordagem qualitativa e descritiva, complementada por análise quantitativa, visando compreender as dinâmicas de desenvolvimento local na região da AMPLANORTE. A pesquisa está ancorada em três eixos teóricos: (i)

³ A média aritmética dessas dimensões resulta no valor final do IDMS, que varia de 0 a 1, sendo que valores mais próximos de 1 indicam maior sustentabilidade (FECAM, 2025).

CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO DE ESTUDO

Os dez municípios da AMPLANORTE, Canoinhas, Irineópolis, Itaiópolis, Mafra, Major Vieira, Monte Castelo, Papanduva, Porto União, Três Barras e Bela Vista do Toldo abrangem uma área total de aproximadamente 8.097,39 km² (Livros Digitais, 2014) e uma população de aproximadamente 235.537 habitantes (AMPLANORTE, 2025; Finbra, 2025).

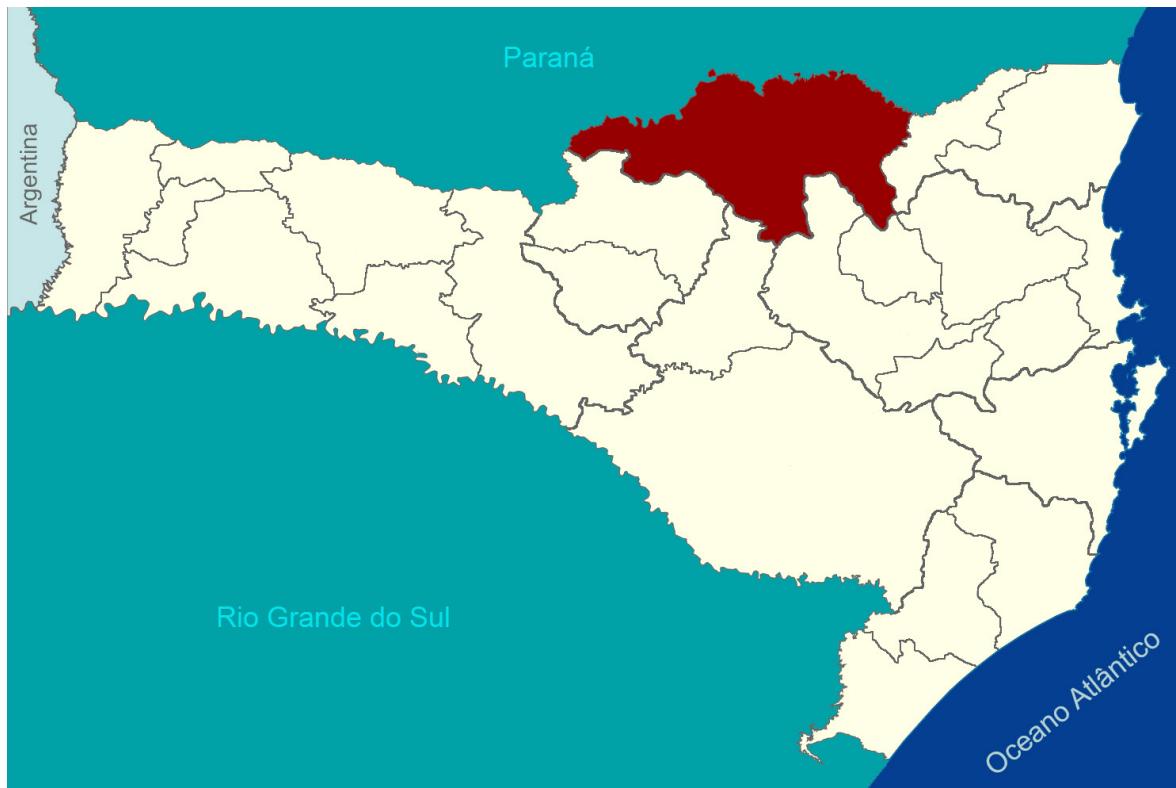


Figura 1. Região Imediata de Mafra (AMPLANORTE) / Fonte: Wikipédia (2025).

A AMPLANORTE exerce papel estratégico no desenvolvimento da região, promovendo integração municipal e atuando em áreas como planejamento urbano, saúde, educação, infraestrutura e cultura. Além disso, incentiva ações voltadas ao fortalecimento da economia regional e à preservação do patrimônio histórico-cultural dos municípios associados.

Historicamente, a região foi formalmente estruturada em 10 de maio de 1969, quando a associação dos municípios passou a ser reconhecida pelo governo estadual. A sede definitiva da associação foi estabelecida na cidade de Canoinhas, e seus estatutos seguiram o modelo proposto pela Superintendência do Desenvolvimento do Sul (SUDESUL) (AMPLANORTE, 2025).

A economia regional é diversificada, com destaque para os setores agrícola, industrial (especialmente o setor madeireiro) e de serviços. A cultura regional é marcada por um rico patrimônio histórico, fortemente influenciado por etnias como alemães, poloneses, ucranianos e italianos. Um dos eventos de maior relevância para a identidade local foi a Guerra do Contestado, conflito que envolveu disputas territoriais e sociais no início do século XX e cujas consequências ainda reverberam na configuração sociocultural do território (AMPLANORTE, 2025).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise empírica dos municípios da Região do Planalto Norte Catarinense, com base nas médias do período 2012–2022 para o PIB per capita (Quadro 1) e 2012–2020 para o IDMS (Quadro 2), revela uma correlação positiva moderada entre essas duas variáveis. A regressão linear estimada produziu a seguinte equação:

Quadro 1. PIB per capita médio dos municípios da AMPLANORTE – 2012 a 2022

Município	PIB per capita médio (R\$)
Bela Vista do Toldo	32.577,46
Canoinhas	40.665,32
Irineópolis	39.889,51
Itaiópolis	45.747,37
Mafra	41.648,40
Major Vieira	32.376,48
Monte Castelo	29.194,86
Papanduva	43.780,24
Porto União	27.932,42
Três Barras	71.723,10
Média dos municípios da AMPLANORTE	40.553,52

Fonte: Sidra/IBGE (2024).

Nota: Valores deflacionados, ano base 2022 (IPCA-IBGE).

Para complementar a análise, o Quadro 2 apresenta a média do Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável para o mesmo período, permitindo o cruzamento das duas variáveis.

Quadro 2. Média do Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável (IDMS) – 2012 a 2020

Município	IDMS médio (2012–2020)
Bela Vista do Toldo	0,503
Canoinhas	0,605
Irineópolis	0,552
Itaiópolis	0,566
Mafra	0,597
Major Vieira	0,521
Monte Castelo	0,576
Papanduva	0,539
Porto União	0,609
Três Barras	0,616
Média Planalto Norte SC	0,568

Fonte: Fecam (2024).

Isso significa que cada aumento de R\$ 1.000,00 no PIB per capita **médio está associado, em média, a um acréscimo de aproximadamente 0,00121 ponto no IDMS médio**. O coeficiente de correlação de Pearson ($r = 0,39$) reforça a existência de uma relação estatística positiva e moderada entre as variáveis.

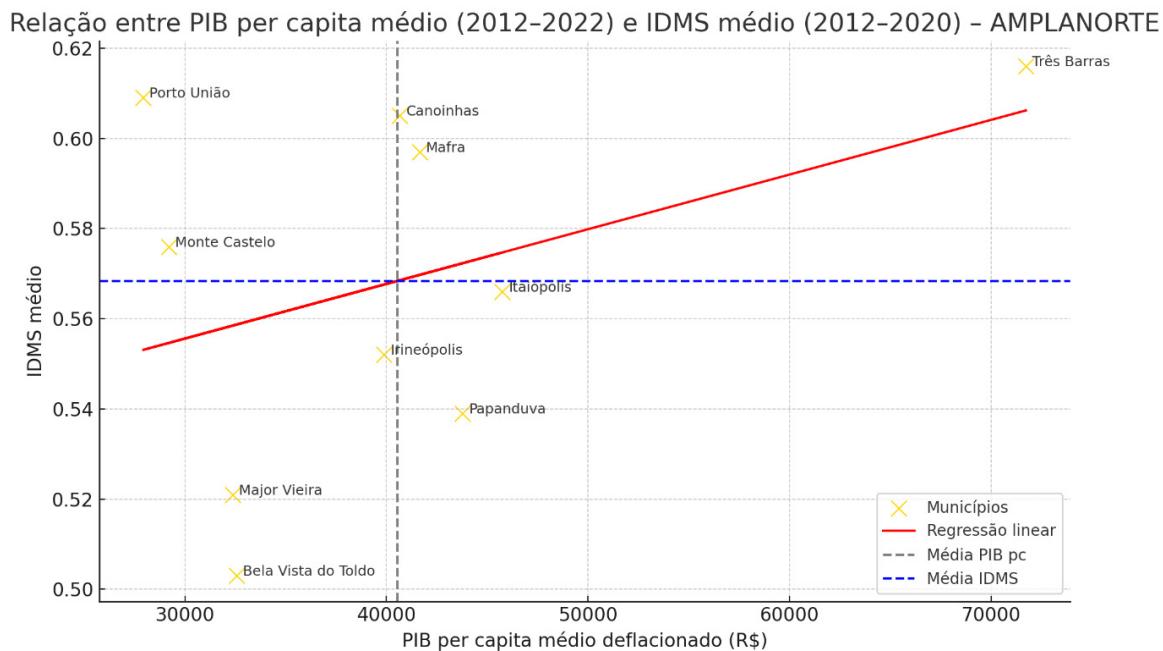


Figura 2. Relação PIB per capita médio (2012-2022) e IDMS médio (2012-2020 - AMPLANORTE / Fonte: o autor (2025).

A Figura 2 permite visualizar com clareza a tendência positiva entre PIB per capita e IDMS nos municípios da AMPLANORTE, expressa pela linha de regressão linear. Nota-se que municípios situados acima da linha de tendência, como Três Barras, Canoinhas e Porto União, possuem desempenho em desenvolvimento sustentável superior ao estimado para seus níveis médios de renda, indicando maior eficiência institucional, melhor gestão pública ou políticas sociais mais consolidadas.

Em contraste, municípios como Papanduva, Irineópolis e Itaiópolis aparecem abaixo da linha de tendência, sugerindo que seu crescimento econômico não tem sido plenamente convertido em melhorias estruturais no IDMS. Esses casos apontam para desafios locais na articulação entre desenvolvimento econômico e políticas públicas eficazes.

A presença de uma relação estatisticamente moderada, reforçada por um coeficiente de correlação de $r = 0,39$, reforça que o PIB per capita é um fator importante, mas não suficiente para explicar o desenvolvimento sustentável. Fatores qualitativos, como capital social, coesão comunitária, educação e capacidade institucional, exercem papel complementar essencial para que os ganhos econômicos se traduzam em qualidade de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada dos municípios da AMPLANORTE evidencia que o crescimento econômico, representado pelo PIB per capita deflacionado, guarda uma relação positiva, ainda que moderada, com o Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável.



A utilização de médias históricas para ambas as variáveis permitiu atenuar distorções conjunturais e reforçou o caráter estrutural da análise, alinhando-se ao propósito de compreender o desenvolvimento local sob uma ótica sistêmica e de longo prazo.

Os resultados obtidos demonstram que o aumento da renda local está, em geral, associado a melhores níveis de desenvolvimento sustentável, mas com importantes variações entre os municípios. Casos como Três Barras e Canoinhas indicam ser possível converter ganhos econômicos em avanços sociais, ambientais e institucionais. Em contrapartida, municípios como Papanduva e Itaiópolis ilustram que o crescimento da renda não garante, por si só, a melhoria do IDMS, apontando para desafios na governança local e na gestão das políticas públicas.

Tais achados reforçam os fundamentos da teoria do desenvolvimento endógeno, ao destacar o papel dos recursos produtivos locais, da capacidade institucional e da articulação social como fatores decisivos para a superação das desigualdades territoriais. O desenvolvimento regional, portanto, depende não somente do desempenho econômico, mas da capacidade de transformar crescimento em bem-estar coletivo e sustentabilidade.

Recomenda-se, para investigações futuras, o aprofundamento da análise multivariada com a inclusão de outras dimensões do desenvolvimento, como escolaridade, indicadores de saúde, capacidade de arrecadação municipal e infraestrutura urbana. Da mesma forma, sugere-se realizar estudos qualitativos complementares que permitam compreender as dinâmicas locais a partir da voz dos atores sociais, fortalecendo o vínculo entre teoria, evidência empírica e realidade territorial.

REFERÊNCIAS

AMPLANORTE – Associação dos Municípios do Planalto Norte Catarinense. **Institucional**. 2025. Disponível em: <https://amplanorte.org.br/pagina-6489/>. Acesso em: 5 maio 2025.

BOISIER, S. Una (re)visión heterodoxa del desarrollo (territorial): un imperativo categórico. **Estudios Sociales**: Revista de Alimentación Contemporánea y Desarrollo Regional, Sonora, v. 12, n. 23, 2004, p. 9-36. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/2108278.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2025.

BRESLIN, P.; DURBAN, P. Desenvolvimento local: uma entrevista com David Valenzuela. **Revista @local glob**, Turin, n. 1, p. 6-9, 2005.

CLAXTON, M. **Decênrio mundial para el desarrollo cultural 1988-1997**: cultura y desarrollo. Paris: UNESCO, 1994. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0009/000970/097070S.pdf>. Acesso em: 5 maio 2025. 2009.

DOWBOR, L. **O que é poder local**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

DOWBOR L. **Democracia econômica**: alternativas de gestão social. Petrópolis: Vozes, 2008. 214 p.

FECAM – Federação Catarinense de Municípios. **Metodologia do Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável (IDMS)**. Florianópolis: FECAM, 2018. Disponível em: <https://indicadores.fecam.org.br>. Acesso em: 30 abr. 2025.

FINBRA – Finanças do Brasil. **FINBRA - dados contábeis dos municípios - 1989 a 2012**. Brasília, DF: Secretaria do Tesouro Nacional, 2025. Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/finbra-dados-contabeis-dos-municipios-1989-a-2012/2012/26>. Acesso em: 5 maio 2025.

FRIEDMAN, M. **Capitalismo e liberdade**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

GIDDENS, A. **Sociología**. 3 ed. revisada. Madrid: Alianza Editorial. 1998.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 4. ed. Rio de Janeiro: DP&A. 2000. 102 p.

HAYEK, F. A. **O caminho da servidão**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

INSTITUTO DE CIDADANIA. **Projeto Política Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Local**, 2006. Disponível em: <http://www.institutocidadania.org.br>. Acesso em 11 mar. 2009.

KLICKSBERG, B. Capital social y cultura: claves esenciales del desarrollo. **Revista de la CEPAL**, v. 69, p. 85-102, dez. 1999. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwic4OCp0IyNAXNL7kGhAOFEUQFnoECBYQAQ&url=https%3A%2F%2Frepositorio.cepal.org%2Fhandle%2F11362%2F12190&usg=AOvVaw1rDz1DE-csLMj-42Zk2_Y_P&opi=89978449. Acesso em: 5 maio 2025.

LARAIA, R. de B. **Cultura**: um conceito antropológico. 14. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. (Coleção Antropologia Social).

LIMA, V. R.; MARINHO, M.; BRAND, A. J. História, identidade e desenvolvimento local: questões e conceitos. **História & Perspectivas**, v. 1, p. 363-388, 2007.

LIVROS DIGITAIS. **Geografia de Santa Catarina**: espaço, território e população. Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina, 2014. Disponível em: <https://livrosdigitais.sed.sc.gov.br/>. Acesso em: 5 maio 2025.

MIRANDA, A. L. C. Sociedade da informação: globalização, identidade cultural e conteúdos. **Ci. Inf.**, ago. 2000, v. 29, n. 2, p.78-88. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ci/v29n2/a10v29n2.pdf>. Acesso em: 5 maio 2025.

MAX-NEEF, M. **Human scale development**: conception, application and further reflections. New York: Zed Books Ltd, 1991.

MOLANO, O. L. La identidad cultural, uno de los detonantes del desarrollo territorial. In: TALLER INTERNACIONAL. PROYECTO DE DESARROLLO TERRITORIAL RURAL A PARTIR DE SERVICIOS Y PRODUCTOS CON IDENTIDAD, 2006, Cusco. **Anais eletrônicos** [...]. Cusco: Rimisp – Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural, 2006. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwjGh-mK0YyNAxWCFbkGHbIMHkkQFnoECB0QAQ&url=https%3A%2F%2Frimisp.org%2Fwp-content%2Ffiles_mf%2F135938091514.pdf&usg=AOvVaw1WHL0ClH2qOxd6xP_RS-VO0&opi=89978449. Acesso em: 5 maio 2025.

MORIN, E. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. Tradução: Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

NARDI, J. B. Cultura, Identidade e língua nacional no Brasil: uma utopia? **Cadernos de estudos da Funesa**, Alagoas, v. 1, p. 29-54, 2002.

REMMERS, G. **Con cojones y maestría**. Un estudio sociológico acerca Del desarrollo rural endógeno y proceso de localización en la sierra de la Contraviesa (España). Amsterdam: Thela Publishers, 1998.

ROCHA LOURES, R. da. **Industrializar todo o Paraná**. 2007. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/opiniao/artigos/industrializar-todo-o-parana-al55sid8frgw3km00y9f0ingu/>. Acesso em: 5 maio 2025.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SILVA FILHO, J. I.; CARVALHO, C. A. Desenvolvimento endógeno e economia solidária: uma articulação possível. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 3, p. 467-486, 2001.

THOMÉ, N. A construção da história cultural do Contestado. **Achegas.net**, n. 20, novembro/dezembro 2004. Disponível em: http://www.achegas.net/numero/vinte/nilson_thome_20.htm. Acesso em: 10 mar. 2009.

ZAPATA, T. **Estratégias de desenvolvimento local**. Porto Alegre: SESI/RS, 2004. Disponível em: <https://www.scribd.com/document/81091688/Estrategias-de-desenvolvimento-local-tania-zapata>. Acesso em: 7 ago. 2008.

ZAPATA, A. F. Gestão local e desenvolvimento territorial: aspectos institucionais e operacionais. In: ZAPATA, A. F.; AMORIM, R. A.; ARNS, J. A. (org.). **Desenvolvimento territorial sustentável**: desafios para a gestão municipal. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. p. 21-40.

ZAPATA, T.; AMORIM, M.; ARNS, P. C. **Desenvolvimento territorial à distância**. Florianópolis: SEaD/UFSC, 2007.